



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Autos nº 0000856-78.2011.8.16.0091

Autor: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA

Réu: MUNICÍPIO DE ICARAÍMA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

SENTENÇA

Vistos e examinados os
presentes autos.

I. RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA** e, também, pelo **MUNICÍPIO DE ICARAÍMA**, em face da r. sentença de mov. 53.1, que julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais.

Eis o dispositivo da mencionada sentença:

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para o fim de CONDENAR o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA ao pagamento da diferença entre o valor estabelecido como piso nacional pelo MEC, de forma proporcional à jornada de trabalho efetivamente exercida, e aquele efetivamente pago pela municipalidade como vencimento básico a partir de 27.04.2011 (data fixada pelo STF), inclusive da sua repercussão a todos os adicionais, gratificações e outras espécies remuneratórias calculadas com base nele (férias, 13º, licença prêmio, etc.), até a data da prolação da presente sentença, em favor de todos os professores da rede pública de ensino municipal, representados pelo SINDICATO autor, corrigidos pela média do IPCA desde a data dos pagamentos a menor e acrescidos de juros de mora a partir da data da citação, no patamar de 1%





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

ao mês, valores que deverão ser objeto de liquidação de sentença, no bojo da qual os requerentes deverão comprovar a defasagem.

A condenação é limitada aos servidores públicos do magistério que enquadrem-se na situação de piso da categoria.

Não abarca aqueles que já tiveram projeção na carreira e, por tal motivo, tenham vencimento básico superior ao previsto pela Lei Federal nº 11.738/2008. JULGO, ainda, IMPROCEDENTE o pedido de imposição de obrigação ao réu de legislar para a correção do piso dos vencimentos básicos do magistério público da educação básica do Município de Icaraíma, em atenção à Lei Federal nº 11.738/08.

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICO DE ICARAÍMA

alega a existência de contradição na sentença, uma vez que o dispositivo da sentença, da forma como redigido, leva a crer que *“os professores que obtiveram projeções na carreira, tutelados com o acréscimo dos percentuais conquistados por avanços verticais e horizontais através de especializações (pós, mestrado e doutorado), não farão jus ao piso nacional, se seus vencimentos básicos forem superior ao previsto pela Lei Federal nº 11.737/2008”*. Pontua, também, que o piso nacional deve servir de base para todas as demais verbas e vantagens do servidor (mov. 58.1).

Por outro lado, o **MUNICÍPIO DE ICARAÍMA** pontua que a sentença é obscura, porquanto não esclarecida qual a classe de profissionais abarcada pela decisão, se professores da educação básica municipal ou educadores infantis.

Contrarrazões aos embargos nas movimentações 71.1 e 73.1.

O órgão do Ministério Público opinou pelo provimento dos declaratórios da parte autora e pelo não provimento daqueles opostos pela Municipalidade (mov. 76.1).

Eis a sinopse da essência.

**FUNDAMENTO e
DECIDO**





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

II. FUNDAMENTAÇÃO

Tempestivos (mov. 65.1), os embargos devem ser conhecidos.

Passo ao mérito.

DOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ICARAÍMA

Houve, de fato, contradição ou até mesmo obscuridade na r. sentença guerreada, como aventado pela parte autora.

Isso porque sua fundamentação foi clara ao mencionar que:

A Suprema Corte definiu, também, que o piso salarial deve ser calculado com base no vencimento e não na remuneração global, pouco importando se, com adicionais e gratificações, o servidor receba valor superior ao previsto na Lei Federal.

(...)

Convém destacar que a necessidade de aquedar o vencimento básico ao piso nacional é imperiosa por ser ele (vencimento básico) a base de cálculo para todos os tipos de adicionais e gratificações devidas ao servidor, a exemplo das férias, licença prêmio e, inclusive, da aposentadoria.

Não basta a mera complementação a título de outras verbas para concretizar o fomento à educação trazido pela Lei Federal nº 11.738/2008.

A valorização dos professores somente será atingida com o reajuste salarial do vencimento básico.

Uma vez constatado que a municipalidade vem efetuando pagamentos inferiores, inclusive por intermédio das leis complementares mencionadas, a obrigação de indenizar todos os professores que encontram-se nessa situação é imperiosa.

É de bom alvitre esclarecer que a observância ao piso nacional não depende de Lei Municipal regendo a matéria.

Ainda que inexistente (o que não é o caso em análise, uma vez que as Leis foram editadas, mas desobedeceram à previsão do piso nacional) incumbe ao Ente Público cumprir a diretriz traçada para contribuir com a melhoria da educação básica nacional.

Feitas essas considerações, a procedência parcial dos pedidos iniciais é imperiosa.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Tal conclusão foi obtida pela interpretação lógica dada ao julgamento, pelo STF, da ADi 4167, cuja ementa segue abaixo:

Ementa: CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO. 1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008). 2. **É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.** 3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008. (ADI 4167, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2011, DJe-162 DIVULG 23-08-2011 PUBLIC 24-08-2011 EMENT VOL-02572-01 PP-00035 RTJ VOL-00220-01 PP-00158 RJTJRS v. 46, n. 282, 2011, p. 29-83).

Oportuno destacar, ainda, que a Lei Municipal nº 519/2010 que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Icaraíma/PR, em seu artigo 12, estabelece que:

Art. 12 – A tabela de vencimentos – Anexo II e – do Magistério Público Municipal de Icaraíma e Anexo IV do Centro Educacional obedecerá os seguintes critérios:

I – o vencimento inicial do NÍVEL A não será inferior ao valor constante na tabela salarial em anexo, respeitada as reposições salariais;

II – o vencimento inicial do NÍVEL B não será inferior ao valor inicial do nível A, acrescido de 25 % (vinte e cinco por cento);

III – o vencimento inicial do NÍVEL C não será inferior ao valor inicial do nível B, acrescido de 12 % (doze por cento);



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Veja-se, portanto, que a progressão na carreira deve tomar por base o mínimo nacional previsto pela Lei nº 11.738/2009, de sorte que todas as gratificações também devem ser calculadas sobre ele.

Outro entendimento faria letra morta a previsão legal e o fomento à educação.

Feitas essas considerações, os embargos opostos pela parte autora merece provimento.

DOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA

A insurreição da parte ré consiste na ausência de disposição na r. sentença quanto ao alcance da decisão com relação aos educadores infantis, que devem ser afastados.

Não há como endossar a súplica do Município de Icaraíma.

Isso porque a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação estabelece em seu artigo 62, inciso I, que:

“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na **educação infantil** e nos ensinos fundamental e médio;

O conceito profissional da educação abarca, pois, o educador infantil, de sorte que a Lei 11.738/2009, também deve ser aplicada à essa categoria.

A propósito, mencionada lei em seu artigo 2º, “caput”, prevê que:





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os **profissionais do magistério público da educação básica** será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Ainda, a Lei Municipal nº 519/2010 disciplina em seu artigo 3º, § 1º, que:

Art. 3º, § 1º - Entende-se por Educador Infantil, o titular de cargo da Carreira do **Magistério Público Municipal**, com atuação exclusiva nos Centros Educacionais de Educação Infantil

Veja-se, portanto, que a própria legislação munícipe consagra que o Educador Infantil é integrante da carreira do Magistério Público Municipal e, portanto, merece idêntico tratamento aos demais.

Feitas essas considerações, os embargos de declaração opostos pelo Município não merecem provimento.

DA CONTRADIÇÃO VERIFICADA DE OFÍCIO

Por fim, verifico que houve contradição na r. sentença, com relação à condenação da Municipalidade ao pagamento da diferença entre o valor estabelecido como piso nacional pelo MEC e aquele efetivamente pago pela municipalidade como vencimento básico a partir de 27.04.2011, **até a data da prolação da presente sentença.**

É que, como já explanado na fundamentação da sentença,

(...)impossível julgamento prospectivo com base em suposições de que, no futuro, o Município de Icaraíma continue em não atender ao piso nacional da categoria.

Isso porque é possível que a municipalidade corrija o piso da categoria, fazendo com que o conteúdo decisório perca seu objeto.

Nada impede, porém, que, diante de nova e eventual transgressão à norma federal e ao piso nacional, os lesados procurem o Poder Judiciário para a proteção de seus direitos.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

De se ver que, muito embora tenha sido reconhecido o direito ao recebimento do valor estabelecido como piso nacional pelo MEC, a sentença, da forma como proferida, limitou o pagamento à data da prolação da sentença.

O fundamento utilizado foi de que a data da sentença serviria como norte porque, em tese, a Municipalidade poderia editar nova lei, corrigindo a defasagem.

No entanto, a melhor interpretação que pode ser obtida é de que a condenação persiste, até que o Município edite Lei condizente com o fomento do magistério público, cujo vencimento básico não pode ser inferior ao estabelecido como piso nacional, que no caso veio com a Lei nº 11.738/2009.

Sujeitar os servidores municipais, que tem direito ao piso nacional, à edição dessa nova lei é medida que não se coaduna com a celeridade processual, eis que terão título executivo para fazer valer seus direitos já reconhecidos pela presente sentença, independentemente da vontade do Administrador.

Exigir nova ação judicial e novo embate jurídico entre a classe de servidores e a Municipalidade não atende aos princípios constitucionais da prestação eficaz da tutela jurisdicional e contribui, de forma descabida, com a morosidade da Justiça.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço de ambos embargos de declaração e, no mérito, DOU PROVIMENTO aos declaratórios opostos pelo **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA** e NEGO PROVIMENTO aos opostos pelo MUNICÍPIO DE ICARAÍMA.

Nos termos da fundamentação, o dispositivo passa a ter a seguinte redação:





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Ante o exposto, **JULGO**

PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para o fim de CONDENAR o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA ao pagamento da diferença entre o valor estabelecido como piso nacional pelo MEC, de forma proporcional à jornada de trabalho efetivamente exercida, e aquele efetivamente pago pela municipalidade como vencimento básico a partir de 27.04.2011 (data fixada pelo STF), inclusive da sua repercussão **a todos os adicionais**, gratificações e outras espécies remuneratórias calculadas com base nele (progressão na carreira, férias, 13º, licença prêmio, etc.), **até o advento de Lei Municipal que venha a fixar o vencimento básico de acordo com o piso nacional**, em favor de todos os professores da rede pública de ensino municipal, representados pelo SINDICATO autor, corrigidos pela média do IPCA desde a data dos pagamentos a menor e acrescidos de juros de mora a partir da data da citação, no patamar de 1% ao mês, valores que deverão ser objeto de liquidação de sentença, no bojo da qual os requerentes deverão comprovar a defasagem.

A condenação abarca, inclusive, os educadores infantis.

Caso não venha a Lei Municipal condizente com o fomento da Educação, a condenação persiste, na esteira do Piso Nacional e de acordo com a Lei Federal nº 11.738/2009.

No mais, permanece inalterada a r. sentença recorrida.

Publicada e registrada pelo PROJUDI.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE ICARAÍMA/ PR

Av. Anthero Francisco Soares, n.º 630, Fórum, CEP: 87.530-000

FONE: (44) 3665-1234

Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público.

Sentença sujeita ao reexame necessário.

Cumpram-se as disposições pertinentes do Código de Normas.

Oportunamente, arquivem-se.

Diligências necessárias.

(Assinatura eletrônica)

MATHEUS PEREIRA FRANCO
Juiz de Direito

